

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	41
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	42
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	625.841.370
Preferenciais	0
Total	625.841.370
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.017.246	2.023.807
1.01	Ativo Circulante	20.618	30.941
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.553	13.768
1.01.03	Contas a Receber	9.887	8.791
1.01.03.01	Clientes	9.887	8.751
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	40
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Relacionadas	0	40
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.254	2.982
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.254	2.982
1.01.07	Despesas Antecipadas	873	1.330
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.051	4.070
1.01.08.03	Outros	1.051	4.070
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	889	3.908
1.01.08.03.20	Outros	162	162
1.02	Ativo Não Circulante	1.996.628	1.992.866
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	86.641	68.426
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.529	4.058
1.02.01.02.01	Aplicações Financeiras Vinculadas	2.529	4.058
1.02.01.07	Tributos Diferidos	78.151	54.915
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.151	54.915
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.319	1.271
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.642	8.182
1.02.01.10.03	Déposito judicias	2.552	4.834
1.02.01.10.04	Diferido	2.090	3.348
1.02.03	Imobilizado	7.813	6.549
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.813	6.549
1.02.04	Intangível	1.902.174	1.917.891
1.02.04.01	Intangíveis	1.902.174	1.917.891
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.902.174	1.917.891

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.017.246	2.023.807
2.01	Passivo Circulante	222.409	116.093
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.551	6.147
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.551	6.147
2.01.02	Fornecedores	8.760	11.836
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.760	11.836
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.006	2.860
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.878	1.678
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	6.878	1.678
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.128	1.182
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.494	62.852
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	64.494	62.852
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	64.494	62.852
2.01.05	Outras Obrigações	115.557	17.703
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	105.198	3.697
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.678	3.028
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	102.520	669
2.01.05.02	Outros	10.359	14.006
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	8.305	12.464
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	410	399
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	1.644	1.143
2.01.06	Provisões	20.041	14.695
2.01.06.02	Outras Provisões	20.041	14.695
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	19.984	14.638
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	57	57
2.02	Passivo Não Circulante	979.819	1.078.470
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	546.504	576.479
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	546.504	576.479
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	546.504	576.479
2.02.02	Outras Obrigações	346.632	419.568
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	343.815	412.516
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	343.815	412.516
2.02.02.02	Outros	2.817	7.052
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	2.817	7.052
2.02.04	Provisões	86.683	82.423
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	44.239	42.080
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	206	155
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.383	25.855
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	17.650	16.070
2.02.04.02	Outras Provisões	42.444	40.343
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	42.444	40.343
2.03	Patrimônio Líquido	815.018	829.244
2.03.01	Capital Social Realizado	917.789	886.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-102.771	-57.545

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.412	129.195	115.424	255.890
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-77.095	-147.892	-110.278	-240.437
3.03	Resultado Bruto	-13.683	-18.697	5.146	15.453
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.747	-9.554	-6.904	-9.218
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.791	-9.703	-7.050	-9.390
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-4.372	-8.911	-6.706	-8.626
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-419	-792	-344	-764
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	44	149	146	172
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-18.430	-28.251	-1.758	6.235
3.06	Resultado Financeiro	-19.710	-40.211	-15.969	-32.591
3.06.01	Receitas Financeiras	114	549	266	1.075
3.06.01.01	Receitas Financeiras	114	549	266	1.075
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.824	-40.760	-16.235	-33.666
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-19.824	-40.760	-16.235	-33.666
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-38.140	-68.462	-17.727	-26.356
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.935	23.236	6.023	8.954
3.08.02	Diferido	12.935	23.236	6.023	8.954
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-25.205	-45.226	-11.704	-17.402
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-25.205	-45.226	-11.704	-17.402
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,04030	-0,07230	-0,02360	-0,03750
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,04030	-0,07230	-0,02360	-0,03750

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-25.205	-45.226	-11.704	-17.402
4.03	Resultado Abrangente do Período	-25.205	-45.226	-11.704	-17.402

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.372	14.434
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.255	47.633
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-45.226	-17.402
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	59.044	35.954
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	261	28
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-23.236	-8.954
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-84	-70
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	12.302	14.623
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimo	24.636	16.701
6.01.01.11	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.646	1.565
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.	3.257	1.192
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	16.655	3.996
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.292	-35.020
6.01.02.01	Contas a receber	-1.136	1.062
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	40	-19
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-256	-986
6.01.02.05	Depósitos judiciais	2.282	4.723
6.01.02.06	Fornecedores	2.679	-2.926
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-1.050	1.122
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	744	-4.104
6.01.02.09	Obrigações sociais	-596	-103
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	2.058	-10.312
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-6.334	5.573
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-1.098	-1.383
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-25.625	-27.667
6.01.03	Outros	409	1.821
6.01.03.02	Despesas antecipadas	409	1.898
6.01.03.05	Outras contas a receber	0	-77
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.113	-158.094
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-1.376	-1.021
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-49.334	-156.096
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.585	-1.824
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	3.182	847
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	19.526	143.750
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-29.511	-26.965
6.03.07	Captações de empréstimos empresas ligadas	19.000	0
6.03.14	Aumento de capital	31.000	167.500
6.03.15	Risco Sacado	-963	3.215
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.215	90
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.768	7.426
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.553	7.516

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.000	0	0	0	0	31.000
5.04.01	Aumentos de Capital	31.000	0	0	0	0	31.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.226	0	-45.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.226	0	-45.226
5.07	Saldos Finais	917.789	0	0	-102.771	0	815.018

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	167.500	0	0	0	0	167.500
5.04.01	Aumentos de Capital	167.500	0	0	0	0	167.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.402	0	-17.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.402	0	-17.402
5.07	Saldos Finais	767.789	0	10.199	-17.402	0	760.586

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	138.385	264.666
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	102.316	97.319
7.01.02	Outras Receitas	36.069	167.347
7.01.02.01	Receitas do Serviços de Construção	35.162	166.852
7.01.02.02	Outras	907	495
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-83.549	-199.580
7.02.04	Outros	-83.549	-199.580
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-19.243	-17.545
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-35.162	-166.852
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-5.997	-5.379
7.02.04.04	Custos da Concessão	-3.479	-3.323
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-16.655	-3.996
7.02.04.06	Outros	-3.013	-2.485
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.836	65.086
7.04	Retenções	-59.044	-35.954
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.044	-35.954
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.208	29.132
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.537	25.562
7.06.02	Receitas Financeiras	549	1.075
7.06.03	Outros	6.988	24.487
7.06.03.02	Juros Capitalizados	6.988	24.487
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.329	54.694
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.329	54.694
7.08.01	Pessoal	14.267	13.451
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.032	10.249
7.08.01.02	Benefícios	2.602	2.555
7.08.01.03	F.G.T.S.	633	647
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-14.118	-48
7.08.02.01	Federais	-19.319	-4.958
7.08.02.02	Estaduais	15	0
7.08.02.03	Municipais	5.186	4.910
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32.030	34.494
7.08.03.01	Juros	24.636	16.700
7.08.03.02	Aluguéis	753	826
7.08.03.03	Outras	6.641	16.968
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	2.914	14.913
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	3.727	2.055
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-45.226	-17.402
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-45.226	-17.402
7.08.05	Outros	16.376	24.199
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	12.302	14.624
7.08.05.02	Juros Capitalizados Parte Relacionada	4.074	9.575

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Niterói-RJ, 14 de agosto de 2018 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2018 (2T18), findo em 30 de junho de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 2T18 o tráfego pedagiado registrou um volume de 8,9 milhões de veículos equivalentes. Em comparação ao observado no 2T17, o tráfego foi 5,5% inferior. Em comparação ao 1T18, houve uma redução de 11,1%. A maior parte da variação observada no 2T18 se deve à greve dos caminhoneiros, ocorrida no final do mês de maio, que paralisou praticamente todas as rodovias do Brasil, limitando muito o fluxo de veículos nas rodovias, principalmente o fluxo de veículos pesados.

Receita Operacional Bruta

- No 2T18 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 67,8 milhões contra R\$ 119,7 milhões do 2T17 e R\$ 70,4 milhões do 1T18. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 3,9% em comparação ao mesmo período de 2017 (R\$ 49,5 milhões x R\$ 47,6 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2018. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou um decréscimo de 75,1% em comparação a 2017 devido ao menor volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais reduziram 47,4% em relação ao 2T17. O maior impacto dessa redução foram os custos de construção que reduziram 75,1% em função do menor volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). Em compensação existiu um aumento de 427,2% nas provisões para manutenção de rodovia devido a finalizações de obras.

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 11,6 milhões no 2T18, redução de 39,4% em comparação aos R\$ 19,2 milhões apresentado no 1T18. Em relação ao mesmo período do ano anterior houve uma redução de 31,8%.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias, encerrou o 2T18 em R\$ 22,7 milhões, redução de 8,4% em relação ao 1T18. Quando comparado ao 2T17, houve um aumento de 18,5%. Essa variação foi gerada, principalmente pelo aumento da provisão de manutenção e pela diminuição das receitas devido à greve dos caminhoneiros.

Resultado Financeiro

- No 2T18 a Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 19,7 milhões, em função principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, e dos juros sobre mútuos com a controladora. Em comparação ao 1T18, quando o resultado líquido negativo apresentado foi de R\$ 20,5 milhões, houve uma melhora de 4,1%. Essa variação se deve principalmente pela redução da TJLP e pelo menor montante do valor principal dos empréstimos.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense registrou no 2T18 um prejuízo de R\$ 25,2 milhões contra um prejuízo de R\$ 11,7 milhões registrado no 2T17. Essa variação deriva principalmente pelo impacto negativo no tráfego gerado pela greve dos caminhoneiros e por maiores custos; amortizações do intangível; e provisão para manutenção de rodovias registrados no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 2T18 em R\$ 611 milhões, ante R\$ 625,5 milhões registrado no 1T18. Essa redução é devida às amortizações de juros e principal do empréstimo junto ao BNDES no período. Já o endividamento líquido encerrou o 2T18 em R\$ 602,9 milhões contra R\$ 612,7 milhões do 1T18 devido à amortização do principal e juros do contrato de empréstimo com o BNDES.

Investimentos

- No 2T18, foram investidos R\$ 23,7 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T18	1T18	2T17	Var% 2T18/1T18	Var% 2T18/2T17
Fluminense	8.993	10.112	9.520	-11,1%	-5,5%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	2T18	1T18	2T17	Var% 2T18/1T18	Var% 2T18/2T17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	67.822	70.414	119.720	-3,7%	-43,3%
Receitas de pedágio	49.483	52.833	47.620	-6,3%	3,9%
Receitas de obras	17.892	17.270	71.870	3,6%	-75,1%
Receitas acessórias	447	311	230	43,7%	94,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.410)	(4.631)	(4.296)	-4,8%	2,7%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	63.412	65.783	115.424	-3,6%	-45,1%
CUSTOS E DESPESAS	(51.797)	(46.605)	(98.386)	11,1%	-47,4%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(18.107)	(18.965)	(17.533)	-4,5%	3,3%
Custo dos serv. de construção	(17.892)	(17.270)	(71.870)	3,6%	-75,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.352)	(4.518)	(6.384)	-3,7%	-31,8%
Remuneração da administração	(419)	(373)	(344)	12,3%	21,8%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(11.071)	(5.584)	(2.100)	98,3%	427,2%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	44	105	(155)	-58,1%	-128,4%
EBITDA	11.615	19.178	17.038	-39,4%	-31,8%
Margem EBITDA	18,3%	29,2%	14,8%		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(30.045)	(28.999)	(18.796)	3,6%	59,8%
Depreciação de imobilizado	(237)	(237)	(22)	0,0%	977,3%
Amortização do intangível	(29.179)	(28.133)	(18.140)	3,7%	60,9%
Amortização do diferido	(629)	(629)	(634)	0,0%	-0,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(19.710)	(20.501)	(15.969)	-3,9%	23,4%
Receitas financeiras	114	435	266	-73,8%	-57,1%
Despesas financeiras	(19.824)	(20.936)	(16.235)	-5,3%	22,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(38.140)	(30.322)	(17.727)	25,8%	115,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.935	10.301	6.023	25,6%	114,8%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	12.935	10.301	6.023	25,6%	114,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(25.205)	(20.021)	(11.704)	25,9%	115,4%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	2T18	1T18	2T17	Var% 2T18/1T18	Var% 2T18/2T17
EBITDA *	11.615	19.178	17.038	39,4%	-31,8%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	11.071	5.584	2.100	98,3%	427,2%
EBITDA Ajustado ²	22.686	24.762	19.138	-8,4%	18,5%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão pl manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fluminense S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
e Período de Seis Meses Findos em 30 de
Junho de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$201.791 (R\$85.152 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de agosto de 2018.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 30 de junho de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de

Notas Explicativas

R\$39.087 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2018, o montante de R\$788.486 (R\$821.478 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$289.245 (R\$272.483 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$1.241.016. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente a R\$31.200 em novas obras que já estão em andamento não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	13.768	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	8.751	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	40	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos recebíveis	4.058	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outras contas a receber	Empréstimos recebíveis	162	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	638.377	Custo amortizado
Empréstimos partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	412.516	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	24.300	Custo amortizado
Fornecedores - Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	954	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.697	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	399	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.143	Custo amortizado

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Notas Explicativas

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade tem como principais receitas a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

Metodologia de estimativa de *impairment*

O CPC 48 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma atual. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	1.899	2.584
Aplicações financeiras (*)	3.654	11.184
Total	<u>5.553</u>	<u>13.768</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 94,75% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	8.059	7.785
Cupons de pedágio a receber	358	-
Cartões de pedágio a receber	85	367
Receitas acessórias a receber	1.380	599
Outras receitas a receber	5	-
Total	<u>9.887</u>	<u>8.751</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é como segue:

Notas Explicativas

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.140)	(68.462)	(17.727)	(26.356)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	12.968	23.277	6.027	8.961
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(33)	(41)	(4)	(7)
Total	12.935	23.236	6.023	8.954
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	12.935	23.236	6.023	8.954
	<u>12.935</u>	<u>23.236</u>	<u>6.023</u>	<u>8.954</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2018	31.12.2017
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	160.071	101.961
Provisão de participação nos lucros	1.178	2.493
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	44.239	42.080
Outras provisões	390	614
Provisão para manutenção de rodovias	62.428	54.981
Amortização acumulada de obras futuras	5.580	5.036
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.667	3.667
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	-	(10)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>277.553</u>	<u>210.822</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	94.368	71.679
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	11.434	9.810
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(112)	(96)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(47.698)</u>	<u>(49.306)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(16.217)	(16.764)
Total do imposto de renda e contribuição social	78.151	54.915

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2019	5.257
2020	10.649
2021	10.248
2022	10.248
Após 2022	57.966
	<u>94.368</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 35% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2018 o saldo é de R\$2.529 (R\$4.058 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,61% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2017	1.179	1.592	721	656	3.535	1.184	8.867
Adições	112	971	-	-	198	95	1.376
Transferências/reclassificações	-	-	-	1.638	30	(1.278)	390
Alienações/baixas	(25)	-	-	-	-	-	(25)
Saldo em 30.06.2018	1.266	2.563	721	2.294	3.763	1	10.608
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(432)	(482)	(41)	(484)	(879)	-	(2.318)
Depreciações	(56)	(57)	(44)	(67)	(276)	-	(500)
Alienações/baixas	23	-	-	-	-	-	23
Saldo em 30.06.2018	(465)	(539)	(85)	(551)	(1.155)	-	(2.795)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	747	1.110	680	172	2.656	1.184	6.549
Saldo em 30.06.2018	801	2.024	636	1.743	2.608	1	7.813
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado.</u>							
Saldo em 31.12.2016	740	1.030	342	645	1.854	-	4.611
Adições	26	261	-	6	697	31	1.021
Transferências/reclassificações	-	-	41	-	-	-	41
Alienações/baixas	(30)	-	-	-	-	-	(30)
Saldo em 30.06.2017	736	1.291	383	651	2.551	31	5.643
<u>Depreciação acumulada.</u>							
Saldo em 31.12.2016	(356)	(403)	(17)	(424)	(651)	-	(1.851)
Depreciações	(37)	(32)	(9)	(30)	(105)	-	(213)
Alienações/baixas	2	-	-	-	-	-	2
Saldo em 30.06.2017	(391)	(435)	(26)	(454)	(756)	-	(2.062)
<u>Imobilizado líquido.</u>							
Saldo em 31.12.2016	384	627	325	221	1.203	-	2.760
Saldo em 30.06.2017	345	856	357	197	1.795	31	3.581
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.916.533	2.510	232.756	1.205	2.153.004
Adições	16.417	201	25.362	238	42.218
Transferências/reclassificações	107.768	-	(107.787)	(371)	(390)
Alienações/baixas	(259)	-	-	-	(259)
Saldo em 30.06.2018	2.040.459	2.711	150.331	1.072	2.194.573
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(234.479)	(634)	-	-	(235.113)
Amortizações	(57.217)	(69)	-	-	(57.286)
Saldo em 30.06.2018	(291.696)	(703)	-	-	(292.399)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.682.054	1.876	232.756	1.205	1.917.891
Saldo em 30.06.2018	1.748.763	2.008	150.331	1.072	1.902.174
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.192.697	2.102	685.488	1.205	1.881.492
Adições	52.862	248	133.607	-	186.717
Transferências/reclassificações	147.683	-	(147.724)	-	(41)
Alienações/baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2017	1.393.242	2.350	671.371	1.205	2.068.168
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(148.114)	(530)	-	-	(148.644)
Amortizações	(34.436)	(48)	-	-	(34.484)
Saldo em 30.06.2017	(182.550)	(578)	-	-	(183.128)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.044.583	1.572	685.488	1.205	1.732.848
Saldo em 30.06.2017	1.210.692	1.772	671.371	1.205	1.885.040
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de junho de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$6.988 (R\$24.487 em 30 de junho de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2018 foi de 2,91% ao ano e 6,06% ao ano em 2017.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(23.264)</u>	<u>(22.006)</u>
	<u>2.090</u>	<u>3.348</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.06.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	64.904	551.084	62.309	581.265
Risco sacado (b)	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>954</u>	<u>-</u>
	<u>64.905</u>	<u>551.084</u>	<u>63.263</u>	<u>581.265</u>
Custo de transação	<u>(411)</u>	<u>(4.580)</u>	<u>(411)</u>	<u>(4.786)</u>
	<u>64.494</u>	<u>546.504</u>	<u>62.852</u>	<u>576.479</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2018	31.12.2017
(a)	Real	BNDES - A	TJLP+2,45%a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	278.705	293.716
(a)	Real	BNDES - B e C	TJLP+2,45%a.a.	nov/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	337.283	349.858
(b)	Real	Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	1	954
						<u>615.989</u>	<u>644.528</u>

Em 30 de junho de 2018 o saldo de R\$1 (R\$954 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de junho de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	33.375
2020	70.947
2021	76.937
2022	83.432
Após 2022	<u>286.393</u>
	<u>551.084</u>

O item "h" das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de junho de 2018 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2018 o saldo de R\$8.760 (R\$11.836 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$8.305 (R\$12.464 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 30 de junho de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	25
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	-	15
Total	-	40
<u>Passivo circulante</u>		
<u>30.06.2018</u>		
<u>31.12.2017</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	101.620	-
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	886	669
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Régis Bittencourt S.A. (c)	14	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	2.678	3.028
Total	105.198	3.697
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	261.849	253.554
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	81.966	158.962
Total	343.815	412.516

	PERÍODO					
	30.06.2018			30.06.2017		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (b)	Despesas/Receit as financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas/Receit as financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(16.376)	(2.457)	-	(24.198)	(2.206)
Juros Capitalizados (*)	-	4.074	-	-	9.575	-
Total	-	(12.302)	(2.457)	-	(14.623)	(2.206)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

Notas Explicativas

	TRIMESTRE					
	30.06.2018			30.06.2017		
Contas de Resultado:	Conservação da rodovia (b)	Despesas/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(8.256)	(1.313)	-	(11.335)	(1.126)
Juros Capitalizados (*)	-	1.850	-	-	4.489	-
Total	-	(6.406)	(1.313)	-	(6.846)	(1.126)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os títulos da 2ª, 3ª e 4ª serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2019 respectivamente para cada emissão, já o título da 5ª é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 21 de maio 2021. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	10.04.2019	CDI + 1,5% a.a.	72.004	29.616	72.004	26.178
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,5% a.a.	12.000	4.518	12.000	3.961
19.10.2015	19.10.2019	CDI + 1,5% a.a.	35.000	11.376	35.000	9.820
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,0% a.a.	19.000	72	-	-
			<u>138.004</u>	<u>45.582</u>	<u>119.004</u>	<u>39.958</u>

d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.911	8.000	11.304
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	9.000	13.244	9.000	12.566
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.782	6.000	8.331
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	10.121	7.000	9.598
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.195	5.000	6.823
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.423	8.000	10.830
13.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	18.000	11.803	18.000	10.813
18.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	12.335	20.000	11.261
15.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	11.743	20.000	10.728
10.02.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	11.528	20.000	10.520
15.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	10.764	20.000	9.780
			<u>141.000</u>	<u>120.849</u>	<u>141.000</u>	<u>112.554</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 30 de junho de 2018 no valor de R\$13.314 (R\$49.901 em 30 de junho de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos de 30 de junho de 2018, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$189 e R\$457 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$230 e R\$335 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$419 e R\$792 (R\$344 e R\$764 em 30 de junho de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.178 e R\$2.493.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício.

Notas Explicativas

Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2018
Cíveis	25.855	1.694	(171)	(996)	-	26.383
Trabalhistas	155	101	(5)	(44)	-	206
Regulatório	16.070	13	-	(58)	1.625	17.650
Total	<u>42.080</u>	<u>1.808</u>	<u>(176)</u>	<u>(1.098)</u>	<u>1.625</u>	<u>44.239</u>

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2017
Cíveis	1.584	802	(2)	(1.245)	-	1.139
Trabalhistas	84	70	-	(47)	-	107
Regulatório	14.309	322	-	(91)	-	14.540
Total	<u>15.977</u>	<u>1.194</u>	<u>(2)</u>	<u>(1.383)</u>	<u>-</u>	<u>15.786</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de junho de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$17.650 (R\$16.070 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$5.728 em 30 de junho de 2018 (R\$4.850 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$2.552 em 30 de junho de 2018 (R\$4.834 em 31 de dezembro de 2017) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	57	14.638	40.343
Adições/Reversões	-	-	16.655
Utilizações	-	(10.844)	-
Ajuste a valor presente	-	-	1.636
Transferências	-	16.190	(16.190)
Saldo em 30.06.2018	<u>57</u>	<u>19.984</u>	<u>42.444</u>

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	5.292	15.635	32.828
Adições/Reversões	-	-	3.996
Utilizações	(4.978)	(1.662)	-
Ajuste a valor presente	26	-	1.528
Transferências	-	(1.240)	1.240
Saldo em 30.06.2017	<u>340</u>	<u>12.733</u>	<u>39.592</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2018, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$10.844 (R\$1.487 em 30 de junho de 2017).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$991.789, composto por 625.841.370 ações ordinárias e sem valor nominal integralizados pelo valor de R\$917.789 (R\$886.789 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2018 ocorreram integralizações de capital referente a ata constituída em 21 de agosto de 2017 no montante de R\$31.000.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	49.483	102.316	47.620	97.319
Receita de serviços de construção	17.892	35.162	71.870	166.852
Outras receitas	447	758	230	323
	<u>67.822</u>	<u>138.236</u>	<u>119.720</u>	<u>264.494</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	67.822	138.236	119.720	264.494
ISSQN	(2.515)	(5.159)	(2.430)	(4.910)
PIS	(329)	(680)	(332)	(657)
COFINS	(1.521)	(3.139)	(1.531)	(3.032)
Outras deduções	(45)	(63)	(3)	(5)
Receita líquida	<u>63.412</u>	<u>129.195</u>	<u>115.424</u>	<u>255.890</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.896)	(3.906)	(2.006)	(3.948)
Serviços de terceiros	(460)	(872)	(450)	(703)
Manutenção de bens e conservação	(240)	(531)	(204)	(445)
Consumo	(296)	(614)	(370)	(755)
Transportes	(96)	(209)	(75)	(154)
Seguros/Garantias	(2)	(4)	(2)	(4)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(918)	(1.632)	(2.975)	(1.192)
Comunicação e marketing	(147)	(330)	(302)	(476)
Publicações legais	(2)	(182)	(44)	(175)
Depreciação / Amortização	(20)	(41)	(21)	(42)
Outros	(295)	(590)	(257)	(732)
Total	(4.372)	(8.911)	(6.706)	(8.626)

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(4.743)	(9.569)	(4.589)	(8.742)
Serviços de terceiros	(5.892)	(11.978)	(5.258)	(10.405)
Conservação	(3.499)	(7.631)	(3.925)	(7.240)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(409)	(689)	(260)	(451)
Consumo	(941)	(1.952)	(1.006)	(1.900)
Transportes	(656)	(1.332)	(718)	(1.428)
Verba de fiscalização	(1.231)	(2.450)	(1.196)	(2.372)
Seguros / Garantias	(526)	(1.029)	(485)	(950)
Provisão de manutenção em rodovias	(11.071)	(16.655)	(2.100)	(3.996)
Custos de serviços da construção	(17.892)	(35.162)	(71.870)	(166.852)
Depreciação / Amortização	(30.025)	(59.003)	(18.775)	(35.912)
Outros	(210)	(442)	(96)	(189)
Total	(77.095)	(147.892)	(110.278)	(240.437)

Notas Explicativas

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	114	257	197	410
Outras receitas	-	292	69	665
Total	<u>114</u>	<u>549</u>	<u>266</u>	<u>1.075</u>

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(18.753)	(36.938)	(14.982)	(31.324)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(811)	(1.646)	(797)	(1.565)
Outras despesas	(260)	(2.176)	(456)	(777)
Total	<u>(19.824)</u>	<u>(40.760)</u>	<u>(16.235)</u>	<u>(33.666)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2018	30.06.2017
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	17.750	31.773
Juros capitalizados	6.988	24.487
	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(31.854)	(25.639)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(25.205)	(45.226)	(11.704)	(17.402)
Número de ações durante período	625.841	625.841	495.993	463.693
Prejuízo por ação	<u>(0,0403)</u>	<u>(0,0723)</u>	<u>(0,0236)</u>	<u>(0,0375)</u>

Notas Explicativas

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.06.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	5.553	-	13.768	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	9.887	-	8.751
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	40
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.529	-	4.058	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	162	-	162
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	610.997	-	638.377
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	445.435	-	412.516
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	17.065	-	24.300
Fornecedores - Risco sacado	Nível 2	-	1	-	954
Partes relacionadas	Nível 2	-	3.578	-	3.697
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	410	-	399
Outras contas a pagar	Nível 2	-	1.644	-	1.143
		<u>8.082</u>	<u>1.089.179</u>	<u>17.826</u>	<u>1.090.339</u>

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Notas Explicativas

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(30.844)	(38.556)	(46.266)
Receita de aplicações financeiras	322	402	482
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(30.522)</u>	<u>(38.154)</u>	<u>(45.784)</u>
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(50.883)	(63.604)	(76.325)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(50.883)</u>	<u>(63.604)</u>	<u>(76.325)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(81.405)</u>	<u>(101.758)</u>	<u>(122.109)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2018 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$8.059 (R\$7.785 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
BNDES Automático	7,72%	55.218	110.436	110.436	110.436	437.235	823.761
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	1	-	-	-	-	1
Partes relacionadas	11,81%	-	465.116	-	22.805	-	487.921
Fornecedores partes relacionadas	-	3.578	-	-	-	-	3.578
Fornecedores e cauções contratuais	-	17.065	-	-	-	-	17.065
Outras contas a pagar	-	1.644	-	-	-	-	1.644
		<u>77.506</u>	<u>575.552</u>	<u>110.436</u>	<u>133.241</u>	<u>437.235</u>	<u>1.333.970</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	Total
BNDES Automático	7,72%	27.609	27.609	27.609	27.609	110.436
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	1	-	-	-	1
Partes relacionadas	11,81%	-	-	-	107.188	107.188
Fornecedores partes relacionadas	-	3.578	-	-	-	3.578
Fornecedores e cauções contratuais	-	8.760	8.305	-	-	17.065
Outras contas a pagar	-	1.644	-	-	-	1.644
		<u>41.592</u>	<u>35.914</u>	<u>27.609</u>	<u>134.797</u>	<u>239.912</u>

Notas Explicativas

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	92.764

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$6.923.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 e 20 de julho de 2018 e em 6 de agosto de 2018, a Sociedade recebeu recursos oriundos da liberação parcial da 5ª emissão de debêntures nos montantes de R\$4.000, R\$6.000 e R\$5.000 respectivamente, respaldados pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de agosto de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Atualmente a companhia não possui Comitês de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Atualmente a companhia não possui Comitês de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao segundo trimestre de 2018 findo em 30 de junho de 2018.

Niterói-RJ, 14 de agosto de 2018.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Niterói-RJ, 14 de agosto de 2018.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente